

Handwritten signatures in black and blue ink.



TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha
Terceira, EM

Relatório de Gestão e Contas

3º Trimestre 2022

Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao **terceiro trimestre de 2022**.

A TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, (adiante, TERAMB), é uma entidade empresarial local detida a 60% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a 40% pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Foi constituída a 1 de novembro de 2010, tendo como principal objeto social os serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

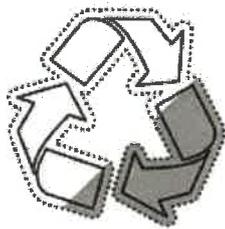
Nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa que nenhum dos membros dos órgãos sociais possui qualquer ação da sociedade.

SUMÁRIO EXECUTIVO

	2022 (3º TRIMESTRE)	2021 (ANUAL)	2020 (ANUAL)	2019 (ANUAL)	2018 (ANUAL)
			<i>Ton</i>		
RECICLAGEM MULTIMATERIAL	2 592,75	3086,76	2.818,16	3.109,53	2.676,18
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA	1 768,26	2.766,39	3.835,66	4.707,16	5.929,46
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA	27 146,60	39.733,00	38.770,00	33.119,00	41.991,00
CONFINAMENTO TÉCNICO	188,39	195,00	-1738,41	-205,19	-5.132,41
MINERAÇÃO	0,00	0,00	3.160,00	1.111,65	11.050,00
TOTAL DE RESÍDUOS E SPOAS	36 184,17	<u>48.762,23</u>	<u>48.866,87</u>	<u>47.265,23</u>	<u>46.070,21</u>
			<i>MWh</i>		
BRUTO	10.969,79	17.347,14	17.835,00	14.576,99	14.286,61
EXPORTAÇÃO (LÍQUIDO)	8148,06	13.121,67	13.651,13	11.845,00	12.953,08
			<i>Euros</i>		
VOLUME DE NEGÓCIOS	2.204.793,41	3.102.990,63	3.117.327,99	3.028.470,36	2.620.977,59
RESULTADOS LÍQUIDOS	-17.182,72	+ 44.575,22	+ 170.561,86	+ 343.485,79	+ 1.034,61
CAPITAL PRÓPRIO	26.138.809,54	26.986.156,11	27.428.851,14	28.340.838,12	28.424.976,83
PASSIVO NÃO CORRENTE	6.250.237,21	5.600.237,21	6.099.392,13	6.519.941,34	6.798.476,31
NÚMERO DE COLABORADORES	43	42	43	42	48
HORAS DE FORMAÇÃO	204	71,5	145	947,00	801,00
TAXA DE FEMINIZAÇÃO (%)	11,63	12,5	12,50	14,28	10,20

A ATIVIDADE DA EMPRESA

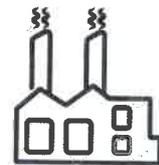
No **terceiro trimestre** do corrente ano deram-se continuidade às operações das diversas valências da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira. Geriram-se neste trimestre **36 184,17 toneladas** de resíduos e Subprodutos de Origem Animal (SPOAS), o que representa um decréscimo de **0,67 %** face ao período homólogo de 2021. Conforme o seu potencial e em estreito cumprimento com a hierarquia do tratamento de resíduos, foram vários os seus destinos:



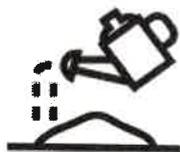
2.593 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL



1.768 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ORGÂNICA



27.147 TONELADAS DE RESÍDUOS
ENCAMINHADOS PARA
VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA



102 TONELADAS DE COMPOSTO -
PRODUTO ACABADO



5.441 TONELADAS DE ESCÓRIAS
PRODUZIDAS



8,15 MWH DE ELETRICIDADE
EXPORTADA PARA A REDE
PÚBLICA

Mantiveram-se as parcerias estabelecidas com os diversos operadores de gestão de resíduos, nomeadamente a Resiaçores e Equiambi, no sentido de criar sinergias positivas e a partilha de infraestruturas.

Através da parceria com a Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda, entidade gestora do sistema integrado de pneus usados, licenciada para exercer a atividade de gestão de pneus usados em Portugal Continental e Regiões Autónomas, rececionaram-se e valorizaram-se energeticamente os

pneus usados da RAA. Por via do contrato de gestão delegada estabelecido com o Município de Angra do Heroísmo, a TERAMB garantiu a gestão dos recicláveis do concelho de Angra do Heroísmo desde a recolha até ao centro de triagem e posterior envio para retomador.

Outra importante atividade desenvolvida pela Teramb ao abrigo de um protocolo de cooperação estabelecido com o IAMA, é a gestão e tratamento de SPOAS produzidos nos matadouros e centros de abate dos Açores, sendo mesmo o único destino para todos os SPOAS de categoria M1 produzidos nas nove ilhas dos Açores.

Para além da importância da redução e reutilização, a **VALORIZAÇÃO MULTIMATERIAL** é uma das prioridades da TERAMB que em conjunto com os municípios realizam uma série de esforços no sentido de potenciar o seu incremento.

No período em apreço foram rececionadas no operador de triagem 2418,4 toneladas de embalagens tendo sido aceites para valorização **1873,66 toneladas** de embalagem, o que representa um aumento de quase 2,44 % face ao período homólogo de 2021.

No ecocentro foram rececionadas **174,35 toneladas** de resíduos para valorização multimaterial, compostos essencialmente por material ferroso e Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE).



FIGURA 1: ECOCENTRO

No que respeita à valorização multimaterial dos produtos resultantes da valorização energética, foram encaminhados para valorização multimaterial **335,866 toneladas** de material ferroso e **10.480,22 toneladas** de escórias inertes para valorização na construção civil (pavimentação).



FIGURA 2: ESCORIAS FERROSAS



FIGURA 3: ESCORIAS INERTES

Em 2022 mantem-se o objetivo de apostar na **VALORIZAÇÃO ORGÂNICA**, esta aposta é ainda mais premente considerando o arranque dos dois projetos piloto, um em cada município, para recolha dedicada de biorresíduos, colocando um novo desafio sobre a central de compostagem, que inicialmente desenhada apenas para compostagem de verdes, tem agora a necessidade de processamento dos biorresíduos recolhidos de forma seletiva.

Deu-se continuidade ao estudo desenvolvido no âmbito do projeto Vercochar, financiado pelo programa INTERREG_MAC 2014/2020, em cooperação com a Universidade dos Açores e Fundação Gaspar Frutuoso. Esta parceria entre as três entidades permitirá que a TERAMB obtenha informação técnica para certificação do composto.

Ao nível operacional iniciou-se a campanha anual de compostagem, tendo sido encaminhado, no total, para a valorização orgânica **1.768,26 toneladas** de resíduos verdes e lamas da indústria de laticínios, estimando-se que o composto fique disponível no próximo trimestre. Do composto produzido na campanha do ano anterior, foram vendidas **129,7 toneladas**.



FIGURA 4: VOLTEAMENTO DE MEDA DE COMPOSTO

O CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (CPSA), com a sua construção assente num protocolo estabelecido com o IAMA, destina-se essencialmente a processar os SPOAS resultantes dos abates efetuados nos matadouros dos Açores (com exceção de São Miguel), bem como salas de desmancha e os animais mortos nas pastagens da ilha Terceira.

Inicialmente concebido para laborar 11 meses a 16 horas diárias, 5 dias uteis por semana, começou por processar em 2017 (primeiro ano em velocidade cruzeiro) 3 757 toneladas, das quais 860 toneladas foram provenientes do exterior à Terceira, correspondendo a 83 contentores. Em 2021 foi rececionado um total de 7 830 toneladas, das quais 2 340 toneladas corresponderam a cargas entregues



FIGURA 5: CENTRO DE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

num total de 187 contentores, vindo de todas as ilhas, incluindo São Miguel. Este aumento tem exigido um enorme esforço, tendo-se aumentado o número de turnos, efetuados diversos testes

para otimização do processamento do material e a construção de uma caldeira a gásóleo para produção de vapor, permitiu laborar os 12 meses do ano. Contudo, já atingiu a sua capacidade máxima de tratamento, sendo urgente a procura de soluções alternativas caso se mantenham nas quantidades de 2021 as entregas feitas pelos IAMAS.

Em 2022, no período de 1 de janeiro a 30 de setembro, foram rececionadas um total de 5.430 toneladas, das quais 4.085 provieram da ilha Terceira e 1.295,05 toneladas foram encaminhadas em 104 contentores, vindo de todas das ilhas, incluindo São Miguel.

A **CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA** destinada processar todos os resíduos que não tenham outra forma de valorização, é o destino para todos os resíduos urbanos e equiparados produzidos na ilha Terceira e entregues de forma indiferenciada, bem como da grande maioria de resíduos industriais banais e perigosos. É também o destino de valorização da fração resto proveniente dos diversos Centros de Processamento de Resíduos dos Açores, com exceção da ilha de S. Miguel, recebendo desta ilha apenas alguns resíduos especiais com obrigação de valorização energética. A quantidade total incinerada acumulada foi de **25.280** toneladas, com uma média de 5,22 toneladas/hora.



FIGURA 6: ASPETO DA CHAMINÉ DA CENTRAL DE VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA

Relativamente à composição dos resíduos incinerados, a componente referente a resíduos de origem doméstica representou **70,74 %**, os subprodutos de origem animal **10,60 %** e as lamas representaram cerca de **2,06 %**, e os restantes **16,65 %**, outros resíduos (resíduos industriais, perigosos, etc.).

Em termos de rendimento/indicadores da instalação, o índice de utilização foi de 73%, portanto 20% abaixo do esperado devido a constrangimentos ainda com a avaria nos sobreaquecedores e a uma fuga no ciclo térmico que continuou a condicionar a operação da central, obrigando a um total de **52 dias paragens não programadas além da habitual paragem programada, conforme o planeamento anual, que foi de 22 dias.**

Os valores de referência relativos à capacidade térmica e produção de energia elétrica produzida por tonelada de resíduos aproximaram-se do valor nominal em virtude da contínua melhoria do poder calorífico dos resíduos. Nos 199 dias em que a central operou foi produzido um total de **10.969,79 MWh** e exportados para a rede pública **8.148,06 MWh**. Foram ressarcidos um total **1.357,48 MWh** à EDA Ren e a CAEN, representando uma média de 16,70% da produção mensal. Esta em falta apurar os ressarcimentos dos meses de maio e junho, devido a constrangimentos da EDA.

A nível de cumprimento das obrigações ambientais, os resultados das diversas campanhas de monitorização confirmam o cumprimento dos valores limite de emissão.

No que se refere ao **CONFINAMENTO TÉCNICO**, do total de 36.184,17 toneladas de resíduos e SPOAS que deram entrada nas instalações da Teramb, apenas foram depositados em aterro (operação D1) **178.83 toneladas** o que corresponde **0,49 %** do total recebido.

Como resultado do aumento a entrega de resíduos, essencialmente por parte dos centros de processamento das outras ilhas e dos SPOAS, não tem sido realizada a atividade de mineração por ser prioritário o tratamento dos resíduos que dão entrada.

O **CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** é um dos eixos fundamentais da estratégia da TERAMB. Manteve-se o cumprimento das obrigações ambientais, quer em termos de hierarquia do tratamento dos resíduos quer ainda do cumprimento de todos os requisitos das diversas licenças. No que se refere ao cumprimento dos diversos planos de monitorização ambiental não se verificaram irregularidades a registar.

O INVESTIMENTO

O Projeto de **INFRAESTRUTURA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL** refere-se ao loteamento de 14 lotes industriais encontra-se totalmente concluído, estando-se a aguardar resposta da Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais ao pedido de reprogramação instruído a 15 de dezembro de 2021 para que seja dado como concluído o projeto e procedermos à atribuição dos lotes. A falta de aprovação da reprogramação do projeto tem causado enormes constrangimentos a nível de tesouraria, por haver necessidade urgente de submissão de despesa já paga a reembolso.

O projeto **VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS – MINERAÇÃO**, submetido ao Programa Operacional Açores 2020, eixo 6, sub-eixo 6.1- investimento no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo da União Europeia em matéria de ambiente, foi aprovado no primeiro trimestre de 2021, no valor elegível de 1.478.875,12€. Ao nível de execução já se encontram contratualizada a aquisição das máquinas e viaturas previstas, com exceção do triturador e está em elaboração o projeto de execução do pavilhão. A execução do projeto tem sido difícil devido à conjuntura macroeconómica que se vive, especialmente por a candidatura ter sido submetida em 2019, com preços de mercado de 2019, portanto completamente desadequados á atual realidade que vivemos.

Para 2022 o investimento mais premente em termos operacionais prende-se com a aquisição e montagem do primeiro conjunto de sobreaquecedores da caldeira. Esta é uma estrutura essencial à operação da incineradora, pois corresponde à serpentina do sistema de aquecimento existente na caldeira, que converte o vapor saturado em vapor sobreaquecido que é encaminhado para a turbina para a produção de eletricidade. Esta estrutura atingiu o seu tempo de vida útil em 2021, tendo começado a condicionar a operação da incineradora no final do ano e tem comprometido a operação da CVE, obrigando a paragens mensais para reparação de furos. Foi já contratualizada a aquisição das serpentinas novas e a prestação de serviços para a sua instalação, prevendo-se que se inicie no início de novembro.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 2022, a recuperação económica global continua dependente da evolução da pandemia de Covid-19. O longo período de pandemia em que vivemos tem representado para o setor da gestão de resíduos um enorme desafio, não só na gestão das pessoas, garantindo por um lado a salvaguarda da sua saúde, mas também o fornecimento de um serviço de recolha e tratamento de resíduos contínua, mas também tem sido confrontado com inúmeras dificuldades e elevados custos financeiros na aquisição de bens essenciais à prossecução dos seus serviços.

Ao desgaste causado pela pandemia, acrescem agora os efeitos colaterais da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, com largos efeitos negativos a nível da inflação e da instabilidade dos mercados financeiros. O primeiro trimestre deste ano foi, indiscutivelmente, marcado pela escalada dos preços dos combustíveis, energia e produtos, bem como pela a escassez do minério de ferro no mercado e a volatilidade dos preços, com fornecedores a assegurar orçamentos por dias ou até horas e com

prazos de pagamento muito estreitos e em alguns casos com exigências de adiantamentos, tem colocado um enorme desafio e pressão tanto sobre a gestão da operação e manutenção das infraestruturas de gestão de resíduos como da gestão da tesouraria da empresa.

No período em referência o volume de negócios foi de **2.204.793,41 €**, o que representa um decréscimo de **7%** relativamente ao período homólogo de 2021 (2362110,2€), sendo que **36%** refere-se às vendas essencialmente como resultado da venda de eletricidade produzida pela CVE e **64%** a prestações de serviço. Importa ressaltar que ao nível das vendas, o valor faturado foi em 16 % abaixo do previsto devido às paragens não programadas e consequente não produção de energia elétrica. A estes valores acresce **972.909,47 €** provenientes da imputação de subsídio ao investimento concedido pelo POVT e **80.805 €** de um subsídio à exploração concedido pelo Fundo Ambiental, relativo a um projeto candidatado pelos dois Municípios. A nota justificativa do cálculo destes valores pode ser observada no documento Anexo às Demonstrações Financeiras.

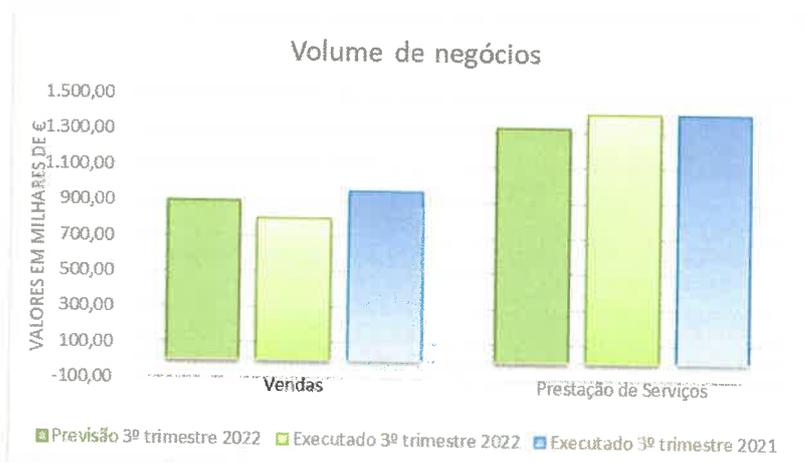
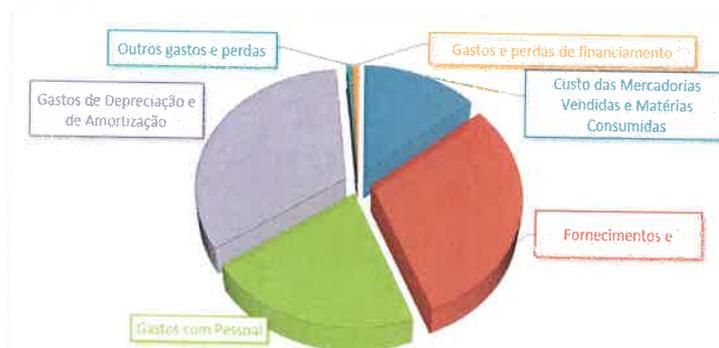


GRÁFICO 1: VOLUME DE NEGÓCIOS, REPARTIDO POR VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO.





As despesas correntes, com um valor de **2.124.492,82€**, representam uma execução orçamental de **105 %** e um aumento de **17%** relativamente ao período homólogo de 2021. No que se refere à repartição da despesa corrente, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas contabilizam **17%**, os fornecimentos e serviços externos representam **30%**, enquanto os gastos com o pessoal tiveram um peso de **21%**. Estas variações justificam-se essencialmente pela conjuntura económica em que vivemos, que provocou distorção nos preços de mercado e pela necessidade de despesas com as reparações das avarias não programadas e a antecipação de aquisições para a primeira paragem programada, agendada para final de abril. Ao nível dos gastos com o pessoal verificou-se uma diminuição de 2% face ao período homólogo de 2021, como resultado da diminuição da necessidade de pagamento de horas extraordinárias e por ter menos um técnico superior no quadro da empresa.



GRÁFICO 3: GASTOS E PERDAS, REPARTIDO POR CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS (CMVMC), FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (FSE), GASTOS COM PESSOAL (PESSOAL), GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (DEPREC_AMORTIZ), OUTROS GASTOS, GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO (PERDAS FINANCIAMENTO) E COMPARAÇÃO COM O PREVISTO EM ORÇAMENTO E COM O EXECUTADO EM PERÍODO HOMÓLOGO

No que se refere aos gastos associados ao investimento e aos outros gastos e perdas, verifica-se que os gastos de depreciação e de amortização atingem o valor de **1.087.534,47 €**, enquanto os gastos e perdas de financiamento ascendem a **26.009,72 €**, concluindo-se que estas rúbricas apresentam execução dentro do previsto.

BALANÇO E RESULTADOS

O Total do ativo da TERAMB ascendeu a **33.493.686,94 €**, enquanto o passivo totaliza **7.354.877,40 €**. No que se refere aos capitais próprios, estes apresentam um total de **26.138.809,54 €**, sendo **1.950.000,00€** correspondente ao capital subscrito, **64.658,82 €** a reservas legais, **423.549,64 €** a outras reservas, **288.094,73 €** relativos a resultados transitados, **23.429.689,07 €** de outras variações do capital próprio. Estes valores foram deduzidos em **17.182,72 €** provenientes do resultado líquido do período.

No período em referência, os resultados operacionais antes de impostos cifraram os **- 16.231,31 €**.

DEMAIS INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

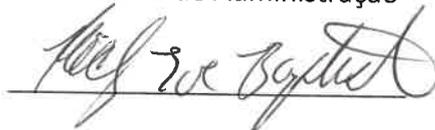
O Conselho de Administração da TERAMB informa que não concedeu quaisquer autorizações nos termos do n.º 1 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Mais informa o Conselho de Administração que a TERAMB tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, o mesmo sucedendo com a administração fiscal.

RESULTADOS

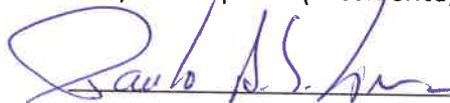
O resultado líquido da sociedade a 30 de setembro de 2022 é **negativo** no montante de **17.182,72 €**.

Angra do Heroísmo, 14 de novembro de 2022

O Conselho de Administração



Ricky Joe Baptista (Presidente)



Paulo Alexandre Silva Lima



Sónia Alexandra Valadão da Silva



Anexo I - Demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

30.setembro.2022

(Montantes expressos em euros)

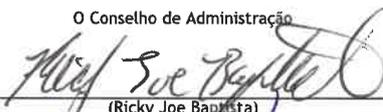
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30.setembro.2022	2021
Vendas e serviços prestados	21	2.204.793,41	3.102.990,63
Subsídios à exploração	23	80.805,10	10.475,52
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	-444.624,54	-437.751,48
Fornecimentos e serviços externos	31	-988.114,27	-1.341.989,41
Gastos com o pessoal	5/29	-691.754,01	-1.007.888,77
Aumentos / reduções de justo valor	28	0,00	271,41
Outros rendimentos e ganhos	23/31	972.909,47	1.296.334,98
Outros gastos e perdas	31	-26.009,72	-64.325,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.108.005,44	1.558.073,19
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	-1.087.534,47	-1.434.472,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20.470,97	123.601,11
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	11	-36.702,28	-79.336,22
Resultado antes de impostos		-16.231,31	44.264,89
Imposto sobre o rendimento do período	26	-951,41	-1.360,05
Resultado líquido do período	5	-17.182,72	42.904,84

Contabilista Certificada
114.7899

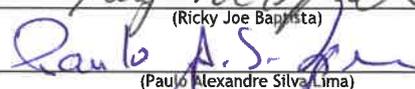


(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração



(Ricky Joe Baptista)



(Paulo Alexandre Silva Lima)



(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

BALANÇO

30.setembro.2022

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	30.setembro.2022	2021
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	8	30.543.979,90	31.142.936,41
Ativos intangíveis	7	239.446,61	248.020,03
Outros investimentos financeiros	28	16.248,45	17.626,20
Créditos a receber	28	-	-
Total do ativo não corrente		30.799.674,96	31.408.582,64
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	19	1.181.936,09	1.075.641,00
Clientes	28	829.698,07	776.829,12
Estado e outros entes públicos	28	89.986,51	29.230,38
Outros créditos a receber	28	237.585,81	112.658,60
Diferimentos	28	16.451,14	21.267,74
Caixa e depósitos bancários	4	338.354,36	364.167,71
Total do ativo corrente		2.694.011,98	2.379.794,55
Total do ativo		33.493.686,94	33.788.377,19
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital subscrito	6	1.950.000,00	1.950.000,00
Reservas legais		64.658,82	62.430,06
Outras reservas		423.549,64	381.203,18
Resultados transitados		288.094,73	289.765,11
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	23	23.429.689,07	24.258.182,54
		26.155.992,26	26.941.580,89
Resultado líquido do período	5	(17.182,72)	42.904,84
Total do capital próprio		26.138.809,54	26.984.485,73
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	11/28	2.351.069,48	1.701.069,48
Passivos por impostos diferidos	26	259,76	259,76
Outras dívidas a pagar	28	3.898.907,97	3.898.907,97
Total do passivo não corrente		6.250.237,21	5.600.237,21
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	28	565.124,72	710.190,42
Estado e outros entes públicos	28	21.888,34	27.445,73
Financiamentos obtidos	11/28	38.502,62	148.930,52
Outras dívidas a pagar	5/28	479.124,51	317.087,58
Total do passivo corrente		1.104.640,19	1.203.654,25
Total do passivo		7.354.877,40	6.803.891,46
Total do capital próprio e do passivo		33.493.686,94	33.788.377,19

Contabilista Certificada

n.º 17799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadão da Silva)

ANEXO



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade: TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM

1.2 Sede: Aterro Sanitário Intermunicipal da Ilha Terceira, Biscoito da Achada, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo

1.3. Natureza: EM - Empresa Pública Municipal

1.4 Área de Intervenção: A área de intervenção geográfica da sociedade coincide com a Região Autónoma dos Açores, em particular na ilha Terceira

1.5 NIPC: 509 620 515

1.6 Natureza da Atividade: Empresa Municipal de gestão e valorização energética de resíduos, encarregada prioritariamente dos serviços de interesse geral de gestão, tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos dos municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória. Exerce atividades no âmbito da construção, gestão, exploração, tratamento e valorização de sistemas de resíduos sólidos, de abastecimento de águas e de energias renováveis. Pode ainda exercer atividades acessórias relacionadas com o seu objeto, designadamente, atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de atividades complementares ou subsidiárias à recolha e tratamento de resíduos sólidos e de higiene pública, sistemas de informação geográfica. Para assegurar a realização do seu objeto, poderá, nos termos da legislação aplicável, participar em empresas ou outras formas organizativas permitidas por lei. Para efeitos do número anterior, poderá delegar as suas atribuições nos termos legais (CAE-38212-R3)

1.7 Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da sociedade.

2.2 - Alguns bens considerados como ativos fixos tangíveis, com valor inferior a 1.000€, são considerados como bens de reduzido valor, pelo que são depreciados a 100% num único exercício, dada a natureza e a sua imaterialidade, pelo que nesses casos em concreto, é derogado o 57 das NCRF. Salvo esta exceção, não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, outros casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelas NCRF.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da sociedade, de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras previstas nas NCRF.

O processo para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras foram reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados, foi baseado no custo histórico onde os ativos são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa paga ou ao justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição e os passivos são registados pela quantia dos proveitos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de caixa, ou de equivalentes de caixa, que se espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios.

3.1.1 - Pressuposto da Continuidade:

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - Pressuposto do Acréscimo:

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

3.1.3 - Consistência de Apresentação:

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - Materialidade e Agregação:

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na

demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa e no anexo.

3.1.5 - Compensação:

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito, mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 - Informação Comparativa:

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração:

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As notas constantes deste Anexo respeitam uma numeração fixa, contemplando as notas definidas na legislação aplicável (NCRF), em conjugação com as notas exigidas no Anexo A da IES - Informação Empresarial Simplificada, declaração a partir da qual é feita a prestação de contas da sociedade, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais, sendo de referir que as não incluídas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

As políticas de reconhecimento e mensuração encontram-se indicadas em cada uma das notas do "Anexo".

3.3 - Juízos de Valor e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3.1 - Estimativas contabilísticas relevantes:

Provisões

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 30 de setembro de 2022, a empresa não registou qualquer provisão por não ser aplicável.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos desta natureza a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.4. - Principais Pressupostos Relativos ao Futuro:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da sociedade. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos numa base líquida, obtidos a partir dos registos contabilísticos da sociedade.

No fluxo operacional relativo aos “pagamentos ao pessoal”, encontram-se registados os valores líquidos efetivamente pagos ao pessoal, sendo que os encargos relacionados com impostos em que a sociedade atua como responsável pela liquidação, retenção e entrega das respetivas importâncias encontram-se registados no fluxo operacional “pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento”.

O fluxo da atividade de investimento relativo a “juros e rendimentos similares”, está registado numa base líquida, encontrando-se aqui registados os montantes efetivamente recebidos pela empresa.

A desagregação dos valores inscritos em caixa e seus equivalentes no fim do período encontram-se desagregados no Quadro 4 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários, e aplicações de tesouraria, imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

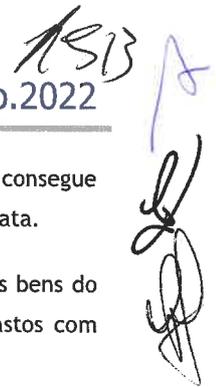
5.1 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

5.2 - Alterações em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros:

Com vista à manutenção da operacionalidade de todo o sistema produtivo da CVE - Central de Valorização Energética, anualmente, são necessárias entre duas a três paragens para intervenções, as quais requerem, na maioria das vezes, a aquisição de equipamentos de valores materialmente relevantes.

Habitualmente, as aquisições de tais equipamentos eram consideradas como gastos do exercício em que os mesmos eram utilizados. Porém, em setembro de 2022, o Conselho de Administração deliberou alterar esta política de contabilização, tendo em conta que os equipamentos em causa, pese embora não acrescentem vida útil à CVE, são imprescindíveis à sua continuidade, além de que o seu “gasto” efetivo, não se esgota num único exercício, tendo uma vida útil estimada que ronda os 5 a 7 anos, de acordo com a respetiva ficha técnica, bem como com a informação



fornecida pelos próprios fornecedores dos bens em causa, além de que, no final da sua vida útil, a empresa consegue obter um valor residual (ainda que mínimo e difícil de estimar), efetuando a sua venda normalmente como sucata.

Face à deliberação em causa, os bens adquiridos em cada paragem programada da CVE, passam a integrar os bens do ativo da empresa, pelo que esta alteração de política contabilística, implicou a correção da rubrica de gastos com conservação e reparação dos períodos de 2022, já encerrados.

5.1 - Erros materialmente relevantes de períodos anteriores:

Foram detetados erros materialmente irrelevantes, relativamente ao período anterior, no montante global de 1.670,38€ (2021 e 2018), os quais, porém, são corrigidos por reexpressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas dos exercícios correspondentes, de acordo com a NCRF 4, pelo que o comparativo reexpresso elaborado, respeita a característica da comparabilidade.

Para o efeito, o comparativo de 2021 foi ajustado retrospectivamente, nas rubricas constantes do Quadro 5 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

6. PARTES RELACIONADAS

6.1. - Entidades que participam no capital da empresa

A sociedade foi constituída em 01.11.2010, tendo início de atividade efetivo em janeiro de 2011. Participam no capital da sociedade os Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, com 60% e 40%, respetivamente.

6.2. - Remuneração dos administradores

O Conselho de Administração é composto por três Administradores, dos quais, apenas um é remunerado. Neste exercício encontra-se registado até 30 de setembro, o montante bruto de 32.307,78€ a título de remunerações e 6.978,08€ como encargos sobre essas mesmas remunerações.

6.3. - Transações entre partes relacionadas

As transações efetuadas até ao terceiro trimestre de 2022, entre a sociedade e os acionistas, bem como com os administradores ou entidades com estes relacionados, são as constantes do Quadro 6 dos “Quadros - ANEXO” em anexo.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos fixos intangíveis adquiridos são registados pelo seu custo de aquisição e a sua mensuração subsequente assenta no modelo do custo deduzido de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, conforme o previsto no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo intangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida podem ser amortizados num período máximo de 10 anos.

A 30 de setembro de 2022 a empresa tem registado por doação no exercício de 2013, a constituição do direito de superfície, com uma vida útil de trinta anos, no montante líquido de 256.593,45€, relativamente ao prédio urbano inscrito na matriz sob os artigos 1691 e 2038, pertencente ao Município de Angra do Heroísmo. Em julho de 2020, foi detetado um erro na escritura inicial, relativamente ao número de identificação dos artigos em causa, tendo sido celebrada uma escritura de retificação de “operação de transferência fundiária e limitação de direito de superfície”, retificando que o direito de superfície recai sob o artigo matricial 1691, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 7 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a sociedade espera vir a incorrer, deduzidos das depreciações, as quais são acumuladas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado de acordo com as taxas previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, em sistema de duodécimos. As taxas de depreciação aplicadas à globalidade dos ativos fixos tangíveis resumem-se como se segue:

- Edifícios e outras construções: entre 20 e 50 anos
- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: entre 3 e 16 anos

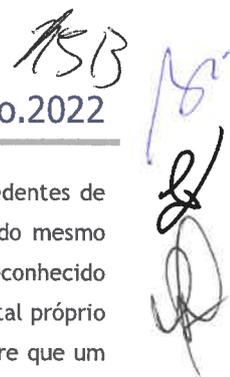
As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

Os encargos com conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício.

Os ativos fixos tangíveis que possam estar em curso à data do termo do exercício, representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela administração. Em 30 de setembro de 2022 a empresa tinha ativos fixos tangíveis em curso, no montante total de 1.135.235,93€.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “outros rendimentos e ganhos” ou “outros gastos e perdas”.

Qualquer aumento resultante de revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente



reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

O Conselho de Administração da empresa confirma que a 30 de setembro de 2022, as apólices de seguros contratualizados para a cobertura de riscos relativos aos ativos fixos, encontram-se devidamente atualizadas.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões, as revalorizações e outras alterações, encontram-se desenvolvidas no Quadro 8 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

9. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS (Não aplicável)

10. LOCAÇÕES (Não aplicável)

11. CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. O valor de comissões com a emissão desses empréstimos, bem como os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados como gastos à medida que são incorridos, respeitando o regime do acréscimo. Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, sendo que nesse caso são registados como passivos não correntes.

A empresa contraiu em julho de 2021, um novo financiamento bancário no montante global de 2.500.000,00€, com vista a amortizar integralmente o financiamento que tinha em curso, o qual foi contraído para financiar o plano de investimento iniciado no exercício de 2013, bem como para fazer face a necessidades de tesouraria, além de melhorar as condições de reembolso do financiamento em causa.

O financiamento bancário está garantido com hipoteca sobre o direito de superfície que a empresa possui relativamente aos artigos matriciais 1691 e 2038 da freguesia da Ribeirinha, Concelho de Angra do Heroísmo. Em julho de 2020, foi detetado um erro na escritura inicial, relativamente ao número de identificação dos artigos em causa, tendo sido celebrada uma escritura de retificação, com aprovação da Entidade bancária, de “operação de transferência fundiária e limitação de direito de superfície”, retificando que o direito de superfície recai sob o artigo matricial 1691, descrito na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo sob o artigo 1463.

As respetivas quantias líquidas escrituradas e o respetivo registo em passivos correntes e não correntes, encontram-se descritos no Quadro 11 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

12. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (Não aplicável)

13. IMPARIDADE DE ATIVOS

13.1 - Dívidas de clientes:

ASB


Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas das dívidas de clientes. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas como sendo de cobrança duvidosa, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis.

Depois de efetuadas todas as diligências tendentes à boa cobrança das dívidas e mantendo-se as mesmas por cobrar, quer esta sejam consideradas não recuperáveis ou que haja uma diminuta expectativa para a sua recuperação, são sujeitas ao cálculo de imparidades, as quais tendo por base um critério de prudência e a experiência acumulada da Administração, são calculadas de acordo com a antiguidade da dívida, dado o elevado grau de subjetividade envolvido. Excetuam-se os casos, em que se as dívidas em causa forem reclamadas judicialmente, são de imediato consideradas não recuperáveis e sujeitas a cálculos de imparidades pela totalidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

A variação verificada durante os exercícios de 2021 e 2022 nos saldos de perdas por imparidade das dívidas de clientes encontra-se desenvolvida no Quadro 13 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

14. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (Não aplicável)

15. CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS (Não aplicável)

16. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (Não aplicável)

17. EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (Não aplicável)

18. AGRICULTURA (Não aplicável)

19. INVENTÁRIOS

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Os inventários são reconhecidos como gastos, no momento da realização do respetivo rédito ou no momento do seu consumo e ainda pelo reconhecimento quer de ajustamentos para o valor realizável líquido quer de quaisquer outros ajustamentos ou perdas.

Em 30 de setembro de 2022 a rubrica “inventários” apresentava a composição constante do Quadro 19 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

20. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO (Não aplicável)

21. RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade sendo mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e os seus clientes, líquido do imposto sobre o valor acrescentado e tomando em consideração a quantia de quaisquer abatimentos e descontos concedidos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a sociedade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário recorre-se ao método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

As quantias de cada categoria significativa de rédito reconhecidas durante o período são as constantes do Quadro 21 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

22. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (Não aplicável)

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Estado e outros entes públicos são reconhecidos ao seu valor nominal, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios de Entidades Públicas associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios de Entidades Públicas são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios de Entidades Públicas que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Em 30 de setembro de 2022, encontra-se registado um subsídio ao investimento no montante global inicial de 35.383.920,12€, já tendo sido recebido na sua totalidade, relativo a uma comparticipação de 100% no âmbito de uma candidatura ao POVT - Programa Operacional Temático de Valorização do Território, Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, destinado a comparticipar a construção da “Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira”. A comparticipação a 100% teve a ver com o fato da empresa ter dado cumprimento às metas pré-estabelecidas no âmbito da referida candidatura.

Relativamente a este subsídio, já se encontra reconhecido como rendimento o montante total de 9.136.456,03€, dos quais 971.270,19€, são rendimentos do exercício de 2022.

Em 2019 foi registado um novo subsídio ao investimento, no montante de 784.544,90€, relativo a uma candidatura apresentada ao programa PO2020, relativamente à qual ainda não foram registados quaisquer rendimentos, uma vez que o investimento apesar de já estar praticamente concluído, aguarda as vitorias finais para poder entrar em fase de utilização.

Uma vez que os subsídios ao investimento estão sujeitos a tributação, o aumento nos capitais próprios decorrente do registo dos mesmos, deve ter em conta a quantia de imposto que lhes está associada, pelo que foi registado o respetivo ajustamento global no montante de 5.650.616,73€, tendo este valor sofrido em 2015 e em 2021, um reajustamento em sequência da variação da taxa de imposto a que a Empresa se encontra sujeita. As regularizações relativas a esta rubrica ascendem em 2022 a 142.776,72€, sendo o saldo a regularizar em períodos no montante global de 3.946.500,20€.

O imposto estimado imputável ao rendimento gerado pelos subsídios ao investimento encontra-se calculado à taxa de 14,7% (taxa de imposto em vigor para o exercício de 2022). Sempre que a taxa de imposto sofrer alterações, o valor do ajustamento estimado será reajustado.

Relativamente aos subsídios ao investimento, a Administração entende que estão a ser cumpridas as condições inerentes à atribuição dos mesmos, sendo expectável que sejam cumpridas até ao final do respetivo reconhecimento.

Em 30 de setembro de 2022 encontra-se ainda registado como rendimento do exercício, o montante de 80.805,10€, relativos a subsídios atribuídos pela Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional (2.005,14€) no âmbito de programas de emprego e, pelo Fundo de Coesão II (78.799,96€), destinado a entidades de tratamento de resíduos.

Em 30 de setembro de 2022 a rubrica “subsídios ao investimento” apresentava a composição constante do Quadro 23 dos “Quadros - ANEXO”, em anexo.

24. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (Não aplicável)

25. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente relevantes.

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas, para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do período compreende o imposto corrente e o imposto diferido. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é

apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos sujeitos (o lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis).

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, sendo os ativos por impostos diferidos reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que foram formalmente aprovadas até à data do presente relato.

Até 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido um passivo por imposto diferido no valor de 259,76€, relativo ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho, nos termos previstos na FAQ nº 28 da Comissão de Normalização Contabilística.

Uma vez que a empresa não reúne os requisitos previstos no nº4 do artigo 3º do anexo ao Decreto-Lei nº 372/2007 e, consequentemente, não cumpre os requisitos previstos no nº2 do artigo 87º do CIRC, não sendo a mesma considerada como PME, pelo que está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) apenas à taxa de 14,7% para o montante global de matéria coletável.

O imposto corrente sobre o rendimento, estimado e reconhecido na Demonstração dos Resultados para o período findo em 30 de setembro de 2022, bem como o imposto diferido, encontram-se detalhados no Quadro 26 dos “Quadros - ANEXO” e diz respeito neste período, apenas ao valor das tributações autónomas.

27. MATÉRIAS AMBIENTAIS (Não aplicável)

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa reconhece os ativos financeiros, os passivos financeiros ou um instrumento de capital próprio apenas e quando a mesma se torna parte disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

A) Mensurados ao custo, estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);

- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
 - Financiamentos obtidos (as despesas incorridas bem como encargos com juros são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do período ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de financiamentos obtidos);
 - Outros passivos financeiros
 - Contratos para contrair empréstimos.
- B) Mensurados ao justo valor: estão os ativos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do “custo”, sendo que as variações no respetivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Outros ativos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” ou “custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Em 30 de setembro de 2022, encontra-se registada a subscrição do “Fundo de Compensação para o Trabalho” decorrente a obrigação legal prevista nas Leis nº 69/2013 e 70/2013 de 30 de agosto, relativa à contratação de

trabalhadores após 01 de outubro de 2013, no montante global de 16.248,45€. Este valor é variável em função de novas admissões/demissões de trabalhadores.

Esta subscrição foi reconhecida como um ativo financeiro, na rubrica “outros investimentos financeiros”, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas em resultados, tendo-se considerado que o valor das unidades de participação divulgado pela entidade gestora do fundo como referencial prático para o efeito. As entregas mensais para o “Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho” são reconhecidas como gastos do período a que respeitam.

O Quadro 28 dos “Quadros - ANEXO” revela as principais rubricas de ativos e passivos financeiros, relacionados com o normal funcionamento da actividade da empresa a 30 de setembro de 2022.

29. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo:

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios, gratificações, despesas de representação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração. Incluem ainda contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/constructiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade). As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

b) Benefícios de médio/longo prazo:

Incluem-se nesta rubrica os benefícios relacionados com licença de longo serviço, jubileu ou outros benefícios de longo serviço, benefícios de invalidez de longo prazo, e se não foram liquidáveis dentro de 12 meses, a participação nos lucros, gratificações e remunerações diferidas.

A Entidade reconhece o gasto ou o passivo relativo ao benefício á medida que os trabalhadores vão adquirindo o direito ao mesmo, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente.

c) Outros benefícios:

São ainda considerados benefícios pós-emprego as seguintes rubricas: pensões, outros benefícios de reforma, seguros de vida pós-emprego e cuidados médicos pós-emprego.

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

d) Benefícios de cessação:

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

e) Benefícios de remuneração em capital próprio:

Resulta do direito a receber por parte dos empregados, instrumentos de capital próprio emitidos pela Entidade, ou do fato do valor da obrigação a pagar aos empregados depender do preço futuro de instrumentos financeiros de capital próprio emitidos pela mesma.

No terceiro trimestre de 2022 a empresa apenas tem encargos com benefícios de curto prazo. A empresa manteve durante o período regularidade em matéria de pagamentos a pessoal.

O Quadro 29 dos “Quadros - ANEXO” reflete informações relativas ao pessoal e respetivos gastos.

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos estipulados.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

O valor total desta rubrica ascendeu no terceiro trimestre de 2022 a 988.114,27€. O Quadro 31.1 dos “Quadros - ANEXO” apresenta em detalhe a decomposição desta rubrica.

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

Os outros rendimentos e ganhos apresentados na demonstração dos resultados ascenderam em 30 de setembro de 2022 ao valor global de 972.909,47€ e as rubricas em causa constam do Quadro 31.2 dos “Quadros - ANEXO”.

31.3. - Outros Gastos e Perdas

A rubrica outros gastos e perdas comporta um montante total de 26.009,72€ no final do terceiro trimestre de 2022. A repartição deste montante pelas respetivas rubricas consta do Quadro 31.3 dos “Quadros - ANEXO”.

32. DIVULGAÇÕES ADICIONAIS PARA AS ENTIDADES A QUE SE REFEREM A ALÍNEA h) DO Nº1 DO ARTIGO 2º E O Nº 4 DO ARTIGO 9º, AMBAS DO DECRETO-LEI Nº 158/2009, DE 13 DE JULHO, COM A REDAÇÃO DADA PELO DECRETO-LEI Nº 98/2015, DE 2 DE JUNHO

Estando a TERAMB, EM sujeita à Certificação Legal de Contas, foi atribuída à sociedade de Revisores Oficiais de Contas “SVTM - Santos Vaz, Trigo Morais & Associados, SROC, Lda”, com sede em Rua Silva Brinco, nº 148, São Mamede de Infesta, a emissão da Certificação Legal de Contas, tendo sido colocado à disposição o montante de 3.393,00€, a título de honorários relativos aos serviços prestados, até ao final do terceiro trimestre de 2022.

As demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizada a respetiva emissão em 11 de novembro de 2022.

Quadros do Anexo

30.setembro.2022

(Montantes expressos em euros)

Quadro	4	FLUXOS DE CAIXA	
Caixa e seus Equivalentes			
		31.dez.2021	30.setembro.2022
Caixa		1.333,83	513,66
Depósitos à Ordem		362.833,88	337.840,70
Outros depósitos bancários		0,00	0,00
Ativos financeiros ao justo valor		0,00	0,00
		<u>364.167,71</u>	<u>338.354,36</u>

MSB
[Handwritten signatures]

Quadro	5	POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS		
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS				
Rendimentos e Gastos				
		Comparativo 2021	Diferencial	Comparativo Reexpresso
Fornecimentos e serviços externos		-1.343.018,59	1.029,18	-1.341.989,41
Gastos com o pessoal		-1.007.889,14	0,37	-1.007.888,77
Outros gastos e perdas		-61.625,93	-2.699,93	-64.325,86
Resultado líquido do período		<u>44.575,22</u>	<u>-1.670,38</u>	<u>42.904,84</u>
BALANÇO				
		Comparativo 2021	Diferencial	Comparativo Reexpresso
CAPITAL PRÓPRIO:				
Resultado líquido do período		44.575,22	-1.670,38	42.904,84
Total do capital próprio		<u>26.986.156,11</u>	<u>-1.670,38</u>	<u>26.984.485,73</u>
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores		711.219,60	-1.029,18	710.190,42
Estado e outros entes públicos		24.745,80	2.699,93	27.445,73
Outras contas a pagar		317.087,95	-0,37	317.087,58
Total do passivo corrente		<u>1.201.983,87</u>	<u>1.670,38</u>	<u>1.203.654,25</u>
Total do passivo		<u>6.802.221,08</u>	<u>1.670,38</u>	<u>6.803.891,46</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>33.788.377,19</u>	<u>0,00</u>	<u>33.788.377,19</u>

Quadro	6	PARTES RELACIONADAS							
Entidades que participam no capital da empresa declarante									
	Entidade	NIF	Sede	Participação Valor	Participação %	Direitos de Voto	Ano de Início Participação		
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	RAA-Portugal	1.170.000,00	60,00%	60,00%	2010		
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	RAA-Portugal	780.000,00	40,00%	40,00%	2010		
Transações entre Partes Relacionadas									
	Entidade	NIF	Natureza	Vendas e/ou P. Serviços	P. Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Compras e Aq. Serviços	Acordos de Partilha de Custos	Custos Financeiros
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	596.708,82			12.935,08		
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	7.884,46					
	Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum						
	Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	231.898,90			60.281,83		
Saldos Pendentes a 30.09.2022									
	Entidade	NIF	Natureza	Valor a Receber	Valor a Pagar				
	Município de Angra do Heroísmo	512 044 040	Acionista	129.566,73	22.336,97				
	Município de Praia da Vitória	512 044 023	Acionista	2.460,86	0,00				
	Serviços Municipalizados de AH	680 018 140	Acionista Comum	0,00	0,00				
	Praia Ambiente	512 097 780	Acionista Comum	180.783,82	26.782,52				

Quadro	7	ATIVOS INTANGÍVEIS				
Ativo Bruto						
		Saldo em 31.dez.2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30.setembro.2022
Goodwill		0,00	0,00	0,00		0,00
Projetos de desenvolvimento		0,00	0,00	0,00		0,00
Programas de computador		0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedade industrial		0,00	0,00	0,00		0,00
Direitos de superfície		0,00	0,00	0,00		0,00
Outros ativos intangíveis		343.280,28	0,00	0,00		343.280,28
		<u>343.280,28</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>343.280,28</u>

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30.setembro.2022
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	95.260,25	8.573,42	0,00	0,00	103.833,67
	95.260,25	8.573,42	0,00	0,00	103.833,67

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31.dez.2021	Saldo em 30.setembro.2022
Goodwill	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00
Propriedade industrial	0,00	0,00
Direitos de superfície	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	248.020,03	239.446,61
	248.020,03	239.446,61

Quadro 8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativo Bruto

	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30.setembro.2022
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	37.046.393,39	0,00	0,00	0,00	37.046.393,39
Equipamento básico	1.447.599,45	76.337,77	0,00	0,00	1.523.937,22
Equipamento de transporte	186.804,12	139.390,00	0,00	0,00	326.194,12
Equipamento administrativo	14.914,46	6.602,00	0,00	0,00	21.516,46
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	83.568,17	4.083,14	0,00	0,00	87.651,31
Activos fixos tangíveis em curso	881.644,30	329.929,40	0,00	76.337,77	1.135.235,93
	39.660.923,89	556.342,31	0,00	76.337,77	40.140.928,43

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 31.dez.2021	Aumentos	Abates e Alineações	Correcções e Transferências	Saldo em 30.setembro.2022
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	7.329.403,25	923.113,22	0,00	0,00	8.252.516,47
Equipamento básico	1.018.123,77	131.827,62	0,00	0,00	1.149.951,39
Equipamento de transporte	125.652,24	14.033,11	0,00	0,00	139.685,35
Equipamento administrativo	12.281,00	1.538,26	0,00	0,00	13.819,26
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	32.527,22	8.448,84	0,00	0,00	40.976,06
	8.517.987,48	1.078.961,05	0,00	0,00	9.596.948,53

Quantia Líquida Escriturada Final

	Saldo em 31.dez.2021	Saldo em 30.setembro.2022
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	29.716.990,14	28.793.876,92
Equipamento básico	429.475,68	373.985,83
Equipamento de transporte	61.151,88	186.508,77
Equipamento administrativo	2.633,46	7.697,20
Equipamentos biológicos	0,00	0,00
Outros activos fixos tangíveis	51.040,95	46.675,25
Activos fixos tangíveis em curso	881.644,30	1.135.235,93
	31.142.936,41	30.543.979,90

Quadro 11 CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Valor Contratual	31.dez.2021				30.setembro.2022			
	Corrente		Não Corrente		Corrente		Não Corrente	
	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final	Saldo Inicial	Saldo Final
Instituições de Crédito/Soc. Financeiras	203.031,84	148.930,52	1.419.325,28	1.701.069,48	148.930,52	38.502,62	1.701.069,48	2.351.069,48
Participantes de Capital: Suprimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Financiadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	203.031,84	148.930,52	1.419.325,28	1.701.069,48	148.930,52	38.502,62	1.701.069,48	2.351.069,48
	31.dez.2021	30.setembro.2022						
Custos dos empréstimos obtidos	79.336,22	36.702,28						

Imparidades - Dividas de Clientes

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Cientes de Cobrança Duvidosa:		
Relativos a PER	0,00	0,00
Reclamados judicialmente	1.347,52	1.347,52
Em mora:	1.462,95	1.462,95
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00	0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00	0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	0,00	0,00
Há mais de 24 meses	1.462,95	1.462,95
Totais	2.810,47	2.810,47

	31.dez.2021				30.setembro.2022			
	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final	Saldo Inicial	Reversão	Reforço	Saldo Final
Imparidades:								
Relativos a PER				0,00	0,00			0,00
Reclamados judicialmente	1.347,52			1.347,52	1.347,52			1.347,52
Em mora:	1.419,12	0,00	43,83	1.462,95	1.462,95	0,00	0,00	1.462,95
Há mais de 6 meses e até 12 meses	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 12 meses e até 18 meses	0,00			0,00	0,00			0,00
Há mais de 18 meses e até 24 meses	131,50		-131,50	0,00	0,00			0,00
Há mais de 24 meses	1.287,62		175,33	1.462,95	1.462,95			1.462,95
Totais	2.766,64	0,00	43,83	2.810,47	2.810,47	0,00	0,00	2.810,47

Quadro 19 INVENTÁRIOS

CMVMC / Variação de Produção

	31.dez.2021		30.setembro.2022	
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	0,00	883.792,23	0,00	1.075.641,00
Compras	0,00	708.871,34	0,00	621.917,87
Reclassificações/Regularizações	0,00	-79.271,09	0,00	-70.998,24
Inventário Final	0,00	1.075.641,00	0,00	1.181.936,09
Custo das Mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0,00	437.751,48	0,00	444.624,54

Quadro 21 RÉDITO

	31.dez.2021	30.setembro.2022
	Valor Reconhecido	Valor Reconhecido
Vendas	1.236.694,51	801.243,60
Prestação de serviços	1.866.296,12	1.403.549,81
Subsídios à Exploração	10.475,52	80.805,10
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Subsídios ao Investimento	1.295.481,16	971.270,19
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Totais	4.408.947,31	3.256.868,70

Quadro 23 SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS

Subsídios relacionados com ativos e Subsídios destinados à exploração

	31.dez.2021					30.setembro.2022				
	Subsídio Atribuído	Valor imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros	Subsídio Atribuído	Valor Imputado a períodos anteriores	Regularização do período	Regularizações Acumuladas	Valor a regularizar em períodos futuros
Subsídios relacionados com ativos:										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	33.692.043,30	5.691.338,49	1.121.945,04	6.813.283,53	26.878.759,77	33.692.043,30	6.813.283,53	841.458,78	7.654.742,31	26.037.300,99
Equipamento básico	1.295.512,44	853.785,14	158.936,12	1.012.721,26	282.791,18	1.295.512,44	1.012.721,26	118.861,38	1.131.582,64	163.929,80
Equipamento de transporte	146.000,00	74.216,67	14.600,00	88.816,67	57.183,33	146.000,00	88.816,67	10.950,03	99.766,70	46.233,30
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00	250.364,38	250.364,38	0,00	250.364,38	0,00
Totais	35.383.920,12	6.869.704,68	1.295.481,16	8.165.185,84	27.218.734,28	35.383.920,12	8.165.185,84	971.270,19	9.136.456,03	26.247.464,09

	31.dez.2021			30.setembro.2022		
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final
Impostos sobre subsídios	4.897.487,83	808.210,91	4.089.276,92	4.089.276,92	142.776,72	3.946.500,20

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Valor contratualizado de subsídios relacionados com ativos	28.003.279,18	27.032.008,99
Valor líquido subsídios relacionados com ativos	23.914.002,26	23.085.508,79
Valor subsídios à exploração	10.475,52	80.805,10

Reconciliação da Taxa Efectiva de Impostos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	44.264,89	-16.231,31
Resultados fiscal do período	48.701,13	-14.164,66
Reporte de rejuizos fiscais	34.090,79	0,00
Matéria coletável do período	14.610,34	0,00
Imposto corrente	1.320,15	0,00
Tributações autónomas	675,83	951,41
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	1.503,40	0,00
Taxa efetiva de imposto	9,04%	

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

	Ativos					Passivos				
	31.dez.2021		30.setembro.2022			31.dez.2021			30.setembro.2022	
	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final	Saldo Inicial	Regularização	Saldo Final	Regularização	Saldo Final
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prejuízos Fiscais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Justo Valor do FCT (FAQ n.º 28 CNC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,86	39,90	259,76	0,00	259,76
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	219,86	39,90	259,76	0,00	259,76

Imposto sobre o Rendimento

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Imposto Corrente	1.320,15	951,41
Imposto Diferido	259,76	0,00
	-1.060,39	-951,41

Estado e Outros Entes Públicos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Activo:		
IRC - A Recuperar	6.716,85	410,59
IRC - PEC's e Ret. na fonte a recuperar	0,00	0,00
IVA - A Recuperar	22.513,53	11.575,92
IVA - Reembolsos Pedidos	0,00	78.000,00
Restantes Impostos	0,00	0,00
	29.230,38	89.986,51
Passivo:		
IRC - A Pagar	0,00	0,00
IRS - Reteções na fonte a pagar	5.548,14	4.288,37
IVA - A Pagar	0,00	3,00
Restantes Impostos	2.699,93	0,00
Contribuições para a Segurança Social	19.197,66	17.596,97
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	27.445,73	21.888,34

Outros investimentos Financeiros

	Saldo em 31.dez.2021	Subscrições	Resgates	Variações Justo Valor	Saldo em 30.setembro.2022
Outros investimentos Financeiros					
Fundo de Compensação do Trabalho	17.626,20	2.700,63	4.078,38	0,00	16.248,45
	17.626,20	2.700,63	4.078,38	0,00	16.248,45

Ativos Financeiros - Clientes

	31.dez.2021 Valor Nominal	30.setembro.2022 Valor nominal
Clientes:		
Clientes Correntes	776.829,12	829.698,07
Clientes de Cobrança Duvidosa	2.810,47	2.810,47
Perdas por Imparidade Acumuladas	-2.810,47	-2.810,47
Valor Líquido de Clientes	776.829,12	829.698,07

Ativos Financeiros - Outros créditos a receber

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Fornecedores (saldos contrários)	23.490,08	6.262,86
Adiant. e outras operações com o pessoal	370,87	1.148,29
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	142.277,01
Outros devedores	88.797,65	87.897,65
	112.658,60	237.585,81

Ativos Financeiros - Diferimentos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Seguros	21.267,74	16.451,14
	21.267,74	16.451,14

Passivos Financeiros - Fornecedores

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Fornecedores C/C	710.190,42	565.124,72
Fornecedores titulos a pagar	0,00	0,00
	<u>710.190,42</u>	<u>565.124,72</u>

Passivos Financeiros - Estado e Outros Entes Públicos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
IRC - A Pagar	0,00	0,00
IRS - Reteções na fonte a pagar	5.548,14	4.288,37
IVA - A Pagar	0,00	3,00
Restantes Impostos	2.699,93	0,00
Contribuições para a Segurança Social	19.197,66	17.596,97
Contribuições para a CGA	0,00	0,00
Contribuições ADSE	0,00	0,00
Tributos das Autarquias	0,00	0,00
	<u>27.445,73</u>	<u>21.888,34</u>

Passivos Financeiros - Empréstimos Bancários

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Não correntes:		
Empréstimos Bancários	1.701.069,48	2.351.069,48
Leasing	0,00	0,00
	<u>1.701.069,48</u>	<u>2.351.069,48</u>
Correntes:		
Cartões de Crédito	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	29.206,33
Contas Correntes Caucionadas	0,00	0,00
Leasing	0,00	0,00
Empréstimos Bancários	148.930,52	9.296,29
	<u>148.930,52</u>	<u>38.502,62</u>

Passivos Financeiros - Outras dívidas a pagar

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Cientes (salidos contrários)	43,09	14.412,98
Pessoal	0,00	1,27
Fornecedores de Investimentos	14.638,79	314.690,34
Credores por acréscimos de gastos	111.402,19	101.877,68
Outros Credores	4.089.911,48	3.947.050,21
	<u>4.215.995,55</u>	<u>4.378.032,48</u>

Passivos Financeiros - Diferimentos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Rendimentos a Reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Quadro 29 BENEFICIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AOS SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

Pessoas ao Serviço e Horas Trabalhadas

	31.dez.2021		30.setembro.2022	
	Pessoas	Trabalhadas	Pessoas	Trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:	44	88.352	44	66.176
Pessoas REMUNERADAS	44	88.352	44	66.176
Pessoas NÃO REMUNERADAS	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:	44	88.352	44	66.176
Pessoas a TEMPO COMPLETO	44	88.352	44	66.176
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO COMPLETO	44	88.352	44	66.176
Pessoas a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Das quais: Pessoas REMUNERADAS a TEMPO PARCIAL	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:	44	88.352	44	66.176
Homens	38	76.137	38	57.152
Mulheres	6	12.215	6	9.024
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:	0	0	0	0
Afetas à I&D	0	0	0	0
Pessoas Colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0

Gastos com Pessoal

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Remunerações dos órgãos sociais	45.287,78	32.307,78
Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal	717.390,14	500.572,36
Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	177.205,45	130.140,17
Contribuições para a Segurança Social	169.726,67	117.940,70
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	325,43	222,93
Regime de Capitação	7.153,35	11.976,54
Quotizações ADSE	0,00	0,00
Seguros de Acidentes de Trabalho	21.135,30	20.387,54
Gastos de ação social	0,00	0,00
Outros Gastos com Pessoal	46.870,10	8.346,16
Formação	15.491,70	805,00
Higiene e segurança no trabalho	1.843,09	495,00
Fardamento	29.535,31	7.046,16
Outros	0,00	0,00
Total Gastos com Pessoal	1.007.888,77	691.754,01

Quadro 31 OUTRAS INFORMAÇÕES

31.1. - Fornecimentos e Serviços Externos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Subcontratos	66.250,80	24.910,86
Serviços Especializados	1.137.123,72	844.545,60
Trabalhos especializados	623.687,14	450.054,43
Publicidade	0,00	12.452,55
Vigilância e segurança	0,00	0,00
Honorários	9.335,00	325,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação	495.663,69	376.893,88
Serviços Bancários	8.437,89	4.819,74
Outros Serviços Especializados	0,00	0,00
Material	37.832,11	19.811,42
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.601,25	4.169,40
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de Escritório	1.124,93	597,00
Artigos para oferta	0,00	0,00
Outros materiais	32.105,93	15.045,02
Energia e Fluidos	47.938,46	40.539,32
Electricidade	1.611,46	1.456,91
Combustíveis	41.688,86	37.201,08
Água	1.605,84	1.431,32
Outros	3.032,30	450,01
Deslocações e estadas	668,20	1.857,88
Serviços diversos	52.176,12	56.449,19
Rendas e alugueres	4.188,47	8.768,30
Comunicações	19.496,91	17.027,73
Seguros	11.296,19	15.034,11
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	2.437,40	292,00
Despesas de representação	5.317,52	2.740,43
Limpeza, higiene e conforto	1.564,25	952,22
Outros serviços diversos	7.875,38	11.634,40
Total FSE	1.341.989,41	988.114,27

31.2. - Outros Rendimentos e Ganhos

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rend./Ganhos em Activos Financeiros	22,07	276,44
Rend./Ganhos em Inv. não Financeiros	0,00	0,00
Outros (inclui reg. Sub. Investimento)	1.296.312,91	972.633,03
Juros Obtidos	0,00	0,00
Dividendos Obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos de Financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Rendimentos e Ganhos	1.296.334,98	972.909,47

	31.dez.2021	30.setembro.2022
Impostos	55.887,93	18.806,36
Descontos concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	288,11	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos/Perdas nos restantes Invest. Financeiros	0,00	0,57
Gastos/Perdas nos restantes Invest. não financ.	2.501,50	2.286,47
Outros	5.648,32	4.916,32
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros Juros	0,00	0,00
Dif. de câmbio desfavoráveis - Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamentos	0,00	0,00
Total Outros Gastos e Perdas	64.325,86	26.009,72

Contabilista Certificada
n.º 1.7799

(Paula Cristina Rodrigues Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Galvão da Silva)

TERAMB-Emp. Municip. Gest. Valor. Ambiental IT, EM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

30. setembro. 2022

(Montantes expressos em euros)

	Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2022	1.950.000,00	-	-	-	62.430,06	381.203,18	289.765,11	-	-	24.258.182,54	42.904,84	26.984.485,73
Alterações no período:												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Variações dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Efeito de aquisição / alienação de participadas												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:												
Prestações acessórias de capital					2.228,76	42.346,46	(1.670,38)			(828.493,47)	(44.575,22)	
Transferência de Resultados											1.670,38	
Correcções relativas a exercícios anteriores - Correcções no Comparativo												
Subsídios ao Investimento												
Doações												
					2.228,76	42.346,46	(1.670,38)			(828.493,47)	(42.904,84)	(828.493,47)
Resultado líquido do período											(17,182,72)	(17,182,72)
Resultado integral											(60,087,56)	(60,087,56)
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
Posição no fim do período	1.950.000,00	-	-	-	64.658,82	423.549,64	288.094,73	-	-	23.429.689,07	(17,182,72)	26.138.809,54

Contabilista Certificada
17/19

(Paula Cristina Nunes Acevedo Santos)

O Conselho de Administração

(Ricky Joe Baptista)

(Paulo Alexandre Silva Lima)

(Sónia Alexandra Valadao da Silva)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

30.setembro.2022

(Montantes expressos em euros)

	30.setembro.2022	31.dez.2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	2.180.882,61	3.463.538,81
Pagamentos a fornecedores	-2.028.407,93	-2.141.046,63
Pagamentos ao pessoal	-434.192,67	-610.898,20
Caixa gerada pelas operações	-281.717,99	711.593,98
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-183.960,71	-291.816,85
Outros recebimentos / pagamentos	57.707,40	-15.365,51
Fluxos das actividades operacionais [1]	-407.971,30	404.411,62
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-122.576,49	-808.184,77
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-2.400,18	-3.596,73
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	0,00	0,00
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.789,56	525,87
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	569.096,25
Juros e rendimentos similares	270,33	0,00
Dividendos	0,00	4.059,89
Fluxos das actividades de investimento [2]	-120.916,78	-242.159,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	679.206,33	1.850.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-139.634,22	-1.625.463,58
Juros e gastos similares	-36.497,38	-79.336,22
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento [3]	503.074,73	145.200,20
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-25.813,35	307.452,44
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	364.167,71	56.715,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	338.354,36	364.167,71

Contabilista Certificado

137799

(Paula Cristina Nunes Azevedo Santos)

O Conselho de Administração

Ricky Joe Baptista

(Paulo Alexandre Silva Lima)

Sónia Alexandra Valadares da Silva

Comportamento Principais Rubricas de Rendimentos e Ganhos

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Vendas e serviços prestados	2.204.793,41	3.102.990,63	-28,95
Subsídios à exploração	80.805,10	10.475,52	671,37
Outros Rendimentos e Ganhos	972.909,47	1.296.334,98	-24,95
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	

Comportamento Principais Rubricas de Gastos e Perdas

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
CMVMC	444.624,54	437.751,48	1,57
Fornecimentos e Serviços Externos	988.114,27	1.341.989,41	-26,37
Gastos com Pessoal	691.754,01	1.007.888,77	-31,37
Outros Gastos e Perdas	26.009,72	64.325,86	-59,57
Gastos Depreciações/Amortizações	1.087.534,47	1.434.472,08	-24,19
Juros e gastos similares suportados	36.702,28	79.336,22	-53,74

Estrutura de Resultados

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1.108.005,44	1.558.073,19	-28,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	20.470,97	123.601,11	-83,44
Resultado antes de impostos	-16.231,31	44.264,89	-136,67
Impostos sobre o rendimento do período	951,41	1.360,05	-30,05
Resultado liquido do período	-17.182,72	42.904,84	-140,05

Margem de Comercialização

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Vendas e serviços prestados	2.204.793,41	3.102.990,63	-28,95
CMVMC	444.624,54	437.751,48	1,57
Margem em Valor	1.760.168,87	2.665.239,15	-33,96
Margem em %	79,83	85,89	-7,05

Ponto critico das Vendas/Margem de segurança

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Vendas e serviços prestados	2.204.793,41	3.102.990,63	-28,95
Gastos Fixos(FSE's+Pessoal+Outros Gastos e Perdas + Depreciações)	2.793.412,47	3.848.676,12	-27,42
Ponto crítico(Gastos Fixos/(Mg bruta/Vol. Negócios)	3.499.037,80	4.480.800,88	-21,91
Margem de segurança (Vol. Negócios - Ponto Crítico)	-1.294.244,39	-1.377.810,25	-6,07
Gastos Fixos em % Volume de Negócios	126,70	124,03	2,15
Margem de Segurança em % Volume de Negócios	-58,70	-44,40	32,20

Comportamento da Tesouraria

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Capitais Permanentes (1)	32.389.046,75	32.584.722,94	-0,60
Activo não corrente (2)	30.799.674,96	31.408.582,64	-1,94
Fundo de Maneio (3=1-2)	1.589.371,79	1.176.140,30	35,13
Necessidades de Exploração (4)	2.101.620,67	1.881.700,50	11,69
Recursos de Exploração (5)	587.013,06	737.636,15	-20,42
Fundo Maneio Necessário de Exploração (6=4-5)	1.514.607,61	1.144.064,35	32,39
Necessidades Extra-Exploração (7)	254.036,95	133.926,34	89,68
Recursos Extra-Exploração (8)	517.627,13	466.018,10	11,07
Fundo Maneio Necessário Extra-Exploração (9=7-8)	-263.590,18	-332.091,76	-20,63
Fundo de Maneio Necessário (10=6+9)	1.251.017,43	811.972,59	54,07
Tesouraria Global (11=3-10)	338.354,36	364.167,71	-7,09

Indicadores

Rubricas	30.setembro.2022	31.dez.2021	%
Liquidez Geral Activo Corrente/Passivo Corrente	2,44	1,98	23,35
Liquidez Reduzida (Activo corrente - Inventários)/Passivo Corrente	1,37	1,08	26,34
Liquidez Imediata Meios Financeiros Liquidos/Passivo Corrente	0,31	0,30	1,24
Solvabilidade Capital Próprio/Passivo	3,55	3,97	-10,39
Autonomia Financeira Capital Próprio/Activo liquido x 100	78,04	79,86	-2,28
Prazo Médio Recebimentos (Cliente/Vol. Negócios)x360 dias	135	90	50,32
PMP(RCM n° 34/2008 de 22/2) ((Fornecedores/4)/(Compras+FSEs))x365 dias	32	32	1,36
Rentabilidade Capitais Próprios Resultado Liquido/Capital Próprio x 100	-0,07	0,16	-141,34

Anexo II - Parecer Revisor Oficial de Contas



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da Teramb – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de setembro de 2022 que evidencia um total de 33.493.686,94 euros e um total de capital próprio de 26.138.809,54 euros incluindo um resultado líquido negativo de 17.182,72 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de nove meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir, se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

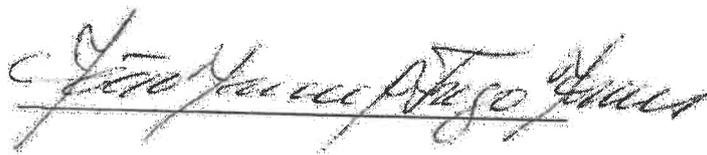
Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal
TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664
Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM em 30 de setembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de nove meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 14 de novembro de 2022.



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881

www.hlb.svtm.pt

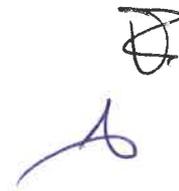
Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLE: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL: €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Anexo III - Ata Assembleia Geral



ATA n.º 71

Ao décimo quarto dia do mês de novembro de dois mil e vinte dois, pelas catorze horas, reuniu na sede social da TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM, sita na Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Ilha Terceira, canada do Cidral, n.º 55, 9700-135, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo, a Assembleia Geral da TERAMB, EM, com o número de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo 509620515, com o capital social de 1.950.000,00€ (um milhão e novecentos e cinquenta mil euros). -----
Estiveram presentes em representação dos sócios: José Gabriel Álamo de Meneses, qualidade de presidente da mesa da assembleia e representante do acionista Município de Angra do Heroísmo, com uma quota de 60%, no valor nominal de 1.170.000,00 € (um milhão e cento e setenta mil euros) e Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira na qualidade de secretário da mesa da assembleia e representante do acionista Município da Praia da Vitória, com uma quota de 40%, no valor nominal de 780.000,00€ (setecentos e oitenta mil euros). -----

Estando representada a totalidade do capital social, os sócios demonstraram vontade de, com dispensa de quaisquer formalidades prévias, se constituírem em assembleia geral, para deliberarem sobre a seguinte ordem de trabalhos: -----

1) Apreciação do Relatório de Gestão e Contas do terceiro trimestre de 2022-----

Nos termos do exarado na alínea e) do n.º 1 do artigo 42º da Lei 50/2012 de 31 de agosto e da alínea g) do artigo 15º dos estatutos da Teramb, EM, procedeu-se à apreciação e discussão do documento em título e deliberou-se por unanimidade aprová-los e propô-los às Câmaras Municipais. As principais rubricas das demonstrações económico-financeiras aprovadas são:

Total do Ativo: 33.493.686,94 €-----

Total do Passivo: 7.354.877,40 €-----

Capitais Próprios: 26.138.809,54 €-----

Volume de negócios: 2.204.793,41 €-----

Resultados líquidos: -17.182,72 €-----

2) Orçamento e plano de atividades para 2023-----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 13º dos estatutos desta empresa e após a análise dos pressupostos e das propostas de plano e orçamento para o exercício de 2023, submetidas pelo Conselho de Administração, deliberou-se por unanimidade aprovar com parecer favorável o Plano de Atividades, bem como a proposta de Orçamento, Documentos Previsionais, Tarifário e Plano Plurianal, sendo as principais rubricas das demonstrações financeiras: -----

Total do Ativo: 33.472.833,46 €-----

Total do Passivo: 7.639.322,03€-----

Capitais Próprios: 25.833.511,43 €-----

Volume de negócios: 3.279.139,69 €-----

Resultados líquidos: + 9.609,43 €-----

Deliberou ainda, por unanimidade, que sejam mantidas as orientações estratégicas já estabelecidas -----

3) Contrato programa para 2022 -----

Foi analisada a proposta de contrato programa submetida pelo Conselho de Administração. Deliberou-se por unanimidade aprovar e propor aos dois Municípios, para apreciação e aprovação, a proposta de Contrato Programa a celebrar entre as 3 entidades, dando-se assim continuidade ao trabalho de cooperação que tem sido desenvolvido na gestão e tratamento dos resíduos urbanos produzidos na ilha Terceira. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, cujas deliberações foram aprovadas, por unanimidade e lavradas em ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos representantes dos sócios presentes. -----

O Presidente -----

José Gabriel Álamo de Meneses

O Secretário -----

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de setembro de 2022 que evidência um total de 33.493.686,94 euros e um total de capital próprio de 26.138.809,54 euros incluindo um resultado líquido negativo de 17.182,72 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período de nove meses findo naquela data e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa na Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TLF: +351 22 903 93 71/2 TLM: +351 93 903 93 71 EMAIL: geral@hlab.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, Lda. pertence à rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras anexas não apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Teramb - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM** em 30 de setembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de nove meses findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Porto, 14 de novembro de 2022



SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por João Manuel Trigo de Morais, ROC N.º 881